



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Sinttel-ES

Negociações com o Grupo Claro/Embratel recomeçam dia 19/01

Depois de quase um mês, após a rejeição dos/as empregados/as à proposta de renovação do Acordo Coletivo, a Comissão de Negociação dos/as Trabalhadores/as da Fenattel retomará as discussões salariais com o Grupo Claro. As próximas reuniões estão marcadas para os dias 19 e 20 de janeiro, em São Paulo. Na pauta, muita coisa precisa ser revista pela empresa, já que sua proposta, feita no dia 08 de dezembro, foi recusada pelos/as empregados/as.

A proposta tem vários problemas. O primeiro é que ela não repõe integralmente as perdas salariais decorrentes da inflação. O segundo é o congelamento do valor do auxílio-alimentação. O terceiro é o abono salarial que não incide nas férias, 13º Salário e nem na aposentadoria.

Proposta RECUSADA

REAJUSTE SALARIAL

Reajuste de 6,5% nos salários base de 31/ago/2015 na data base;

Reajuste de 1,41% nos salários base de 31/dez/2015 em janeiro de 2016;

Abono Salarial de 18% sobre os salários base de 31/ago/2015

Excluem-se destes reajustes funcionários das categorias Gerentes e Diretores conforme posição em 31/08/2015 na estrutura de cargos e salários.

PISO SALARIAL de 36 horas:

São Paulo – manutenção do valor de R\$951,23 e durante o período de experiência o valor de R\$903,67

Demais Estados – reajuste de 11,8% ficando o valor de R\$951,23 e durante o período de experiência o valor de R\$903,67

PISO SALARIAL de 40 horas:

São Paulo – manutenção do valor de R\$1.413,47 e durante o período de experiência o valor de R\$1.272,12

Demais Estados – reajuste de 4,6% ficando o valor de R\$1.413,47 e durante o período de experiência de R\$1.272,12

PISO SALARIAL de 44 horas (lojas):

Todos os estados – reajuste de 6,5% em set/15 passando para R\$1.268,32 e 1,41% em jan/16 passando para R\$1.286,20 sendo durante o período de experiência o valor de R\$1.157,58

Veja restante da proposta (benefícios):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/proposta-final-do-grupo-claro-e-ruim-demais/>



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Vermelho

A trajetória da distribuição de renda no Brasil

Após cair ampla e ininterruptamente entre 1942 e 1963, a desigualdade social no Brasil deu um salto e voltou a crescer rapidamente já nos primeiros anos da ditadura militar, a partir do golpe de 64. Tal movimento, desconhecido na história econômica do país, é uma das conclusões de um estudo que, a partir de dados tributários, remonta a história de nove décadas de desigualdade social no Brasil.

A pesquisa, de autoria de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, sob orientação de Marcelo Medeiros, ambos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Universidade de Brasília (UnB), joga luz sobre a distribuição de renda no Brasil a partir de 1928, período a respeito do qual, até então, muito pouco se sabia sobre o tema.

“Uma série ano a ano da desigualdade nós só tínhamos depois de 1976, com as Pnads. Antes disso, só estudos isolados a partir de 1930, que são praticamente desconhecidos. Uma parte enorme da nossa história econômica passou ao largo do estudo da desigualdade”, afirma Medeiros. “Até hoje a história se concentrou no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB). Será possível revisar muitas coisas a partir da pesquisa do Pedro”, diz.

O estudo “Top Income Shares and Inequality: 1928-2012” (A fatia de renda do topo e a desigualdade, em tradução livre) argumenta que, em um país de renda concentrada como o Brasil, o que determina o crescimento ou queda da desigualdade social ao longo dos anos é o comportamento do topo que, na pesquisa, é retratado na fração 1% mais rica da população maior de 20 anos de idade. Em 2012, por exemplo, a renda média desse grupo era estimada em R\$ 552,9 mil anuais. “À medida que os 10% mais ricos consistentemente detêm entre metade e dois terços da renda nacional desde 1974, a desigualdade entre os 90% mais pobres tende a ter influência mais fraca”, diz o texto.

O retrato traçado na pesquisa é o de um Brasil muito desigual, desde 1928 até os dias atuais. A trajetória da distribuição de renda no país parece bem mais

estável historicamente do que se pensava até então. Em média, ao longo das nove décadas analisadas, cerca de 15% de toda a renda do país esteve concentrada nas mãos da fatia 1% mais rica. A desigualdade é grande até dentro da elite: historicamente, após 1974, a parcela 0,1% mais rica deteve entre 8% e 15% da renda total. Entre 2006 e 2012, o 1% mais rico concentrava mais renda, comparativamente, do que toda a metade mais pobre da população.

“A desigualdade fala muito sobre o bem-estar social. Diz, por exemplo, quem se apropria da maior parte do crescimento do país”, explica Medeiros, dedicado a pesquisar o tema desde 2001. “Crescimento econômico sem redução da desigualdade é menos do que se precisa para se obter uma sociedade boa”, diz Medeiros. Embora pobreza e desigualdade não sejam sinônimos, são problemas relacionados. “Com menos desigualdade o Brasil poderia ter menos pobreza”, afirma.

O trabalho traz revelações surpreendentes. Entre 1942 e 1963, em período de forte crescimento econômico, houve a mais expressiva e duradoura redução da desigualdade já registrada no Brasil. “É a queda mais longa da desigualdade brasileira. E ninguém sabia disso até agora”, diz Medeiros, que enfatiza a importância acadêmica do trabalho conduzido por Souza. “Ele conseguiu montar uma série de 1926 até 2013. Ao montar essa série você pode recontar a história da desigualdade no Brasil, que é mais ou menos o que o Thomas Piketty e o Emanuel Saez fizeram sobre os EUA e a França”.

“Essa queda foi uma surpresa para mim”, diz Souza, que trabalha desde o ano passado na Universidade de Berkeley, na Califórnia, com Saez, parceiro de Piketty. “Acho que dá para dividi-la em duas fases: primeiro, os resultados mostram uma queda ao fim da Segunda Guerra, em 1945. Depois disso, há alguma estabilidade até meados dos anos 50, quando a concentração de renda volta a cair, em uma trajetória mais ou menos constante até o início dos anos 60”, explica Souza.



Resumo de Notícias



Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/274986-2>

12/01/2016 - Instituto Telecom

Após alta de quase 300% nas ações, Telebras nega fusão com Serpro e Dataprev

A Telebras divulgou comunicado ao mercado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nesta terça-feira, 12, negando qualquer iniciativa de fusão com o Serpro e a Dataprev – na segunda-feira, o jornal Folha de S. Paulo afirmou que o governo estaria estudando a criação de uma única estatal no segmento de TI, movimento antecipado no final de dezembro pelo noticiário Convergência Digital. Após a publicação no periódico ontem, as ações preferenciais da Telebras na Bovespa chegaram a subir 300% no pregão, enquanto as ações ordinárias tiveram uma alta de 96,79%. Mesmo com a negativa, os papéis preferenciais da estatal continuam em alta. Estavam valorizados em 71% na manhã desta terça, a R\$ 3,10. As ações ordinárias valiam R\$ 4,90.

Na nota, a diretoria executiva da Telebras afirmou que a fusão sequer está em seu planejamento. Porém, não descarta a celebração de parcerias com outras estatais “ desde que atendam aos interesses institucionais da empresa”. A Folha de S. Paulo, entretanto,

cita o presidente da empresa, Jorge Bittar, e o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção, confirmando a intenção da integração. Ainda de acordo com o periódico, uma reunião entre os presidentes das três empresas estaria marcada para esta terça-feira na sede da Dataprev, em Brasília. Segundo fontes ouvidas por este noticiário, entretanto, nada avançou desde a primeira publicação da informação e o que existem são apenas estes estudos preliminares.

“ É parte integrante de nossas atividades como empresa estatal que atua no mercado disputando com a iniciativa privada e ao mesmo tempo em que tem por objetivo atender a programas de governo de interesse público, buscar a formação de parcerias com várias empresas, incluindo estatais, sempre visando à otimização de seus recursos, a melhoria de seus resultados e ao fortalecimento de suas ações comerciais e operacionais”, afirma a Telebras, na nota enviada à CVM. A estatal é a única das três citadas na matéria que tem ações em bolsa.



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Instituto Telecom

3G tem queda recorde e base de celulares no Brasil volta a encolher em novembro

Em novembro, o mercado de serviço móvel pessoal (SMP) no País seguiu apresentando tendência de retração, ainda mais com queda recorde no 3G, segundo dados da Anatel divulgados nesta terça-feira, 12. Com mais de 4,2 milhões de linhas a menos que em outubro, uma queda de 1,54%, a base total ficou em 269,591 milhões de acessos. No ano, a queda já é de mais de 11,1 milhões, ou 3,97% de recuo.

A maior responsável pela queda é a tecnologia 2G (GSM), que recuou 3,740 milhões no mês (queda de 4,86%) e 39,591 milhões no ano (diminuição de 35,08%). No entanto, a base 3G diminuiu 3,043 milhões, queda de 1,91%. Foi a maior queda mensal já registrada na tecnologia WCDMA, que agora totaliza 156,402 milhões de conexões. Ainda assim, no consolidado do ano, a base apresentou aumento de 8,09%, ou 11,705 milhões de acessos a mais.

Quem mais caiu no 3G em novembro foi a líder do segmento, a Claro, com 1,751 milhão de desconexões (3,46% de queda), totalizando 48,821 milhões de acessos. Em seguida, a TIM mostrou 1,326 milhões de desconexões (3,27% de recuo), com uma base total de 39,279 milhões de linhas. Dessa forma, a operadora perdeu em novembro a vice-liderança para a Vivo, que caiu menos (51,1 mil, ou 0,13% de recuo) e totalizou 39,744 milhões de acessos. A Oi (114,5 mil), a Algar (7 mil) e a Sercomtel (446 acessos) foram as únicas a crescer no WCDMA no período.

4G mantém crescimento

Apesar de continuar mostrando crescimento, com 2,136 milhões de adições líquidas (ligeiramente menor do que o registrado de outubro para setembro), ou 10,45% de avanço, o LTE não compensou a queda no 3G. No total, a base brasileira fechou novembro

com 22,582 milhões de linhas de quarta geração, um crescimento de 233,82% em relação a 2014 (ou 15,817 milhões de linhas novas no período).

Assim, a banda larga móvel (soma do LTE com WCDMA e os terminais de dados, que cresceram 353,5 mil e totalizaram 6,034 milhões de acessos) acabou recuando novamente em novembro: 0,30%, ou 554,1 mil desconexões. No total, o País contava em novembro com 185,019 milhões de acessos de banda larga em 3G e 4G.

Em se tratando de grupo econômico, a Vivo continuou a mostrar maior crescimento no LTE: 767,6 mil adições líquidas (10,07%), mantendo-se na liderança com 8,393 milhões de acessos. A TIM é a segunda colocada tanto em base (6,304 milhões de linhas) quanto em crescimento (615,3 mil, ou 10,81%). A terceira operadora na tecnologia, a Claro, tem menos da metade da Vivo: 4,094 milhões de acessos, apresentando crescimento de 319,1 mil linhas novas (8,45%). A Oi (total de 3,034 milhões de acessos) e a Nextel (total de 755,6 mil linhas, todas no Rio de Janeiro) cresceram, respectivamente, 12,71% e 12,99%.

M2M

Por sua vez, as conexões máquina-a-máquina (M2M) mostraram crescimento de 4,84% (122,3 mil) na categoria Especial (sem intervenção humana e com isenções fiscais), totalizando 2,650 milhões; e queda de 0,37% (32,4 mil) no M2M Padrão (como máquinas de POS e outros dispositivos com intervenção humana), totalizando 8,657 milhões de acessos. No ano, o M2M Especial mais do que dobrou (104,37%), com crescimento líquido de 1,353 milhões de acessos. Já o M2M Padrão encolheu 0,19%, ou 16,5 mil desconexões.



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Vermelho

Dilma: Redação do Enem trouxe reflexão sobre violência contra mulher

Nesta terça-feira (12), em sua página no Twitter, a presidenta Dilma Rousseff afirmou que o tema da redação do Enem deste ano fez a sociedade refletir sobre a violência contra a mulher. Para a União Brasileira de Mulheres (UBM) as jovens estudantes buscam formas de denunciar e enfrentar o machismo.

Este ano o tema foi "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". Apesar da atualidade do assunto, a direita conservadora não gostou do tema, afirmando se tratava de "doutrinação feminista".

"Muitas redações preocuparam os avaliadores com depoimentos de pessoas que foram assediadas, estupradas ou testemunharam violência. Em muitos destes casos a violência está bem próxima. A redação foi momento de reflexão não só para os participantes, mas para toda a sociedade", salientou a presidenta.

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta segunda-feira (11) que mulheres aproveitaram a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para denunciar casos de agressão. De acordo com o ministério, pelo menos 55 mulheres denunciaram atos de violência que elas mesmas sofreram ou que presenciaram.

O MEC informou que reforçará a divulgação de meios de atendimento e proteção à mulher. "Como se trata de uma redação, não sabemos se necessariamente é um depoimento, mas tudo indica que sim. Tudo indica que ela descreve uma situação que viveu", afirmou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, durante coletiva de imprensa.

No Twitter, Dilma acrescentou: "O aumento da conscientização sobre a violência contra a mulher ajuda a combater a violência. A sociedade brasileira precisa avançar e acabar de vez c/ a cultura da violência. Não aceite e não compactue! Denuncie! #Ligue180".

Nas mensagens, a presidenta aproveitou para informar que a variedade de cursos oferecidos pelo Enem aos candidatos aumentou 380% e que o número de vagas ofertadas também cresceu em 376% nos

últimos seis anos.

"O balanço do #Enem2015 apresenta os avanços da educação pública superior nos últimos anos e demonstra a prioridade que meu governo dá à área", completou.

Enfrentando o machismo

Falando com exclusividade para o Portal Vermelho, a Coordenadora de Juventude da União Brasileira de Mulheres (UBM), Maria das Neves, destacou a importância do tema da redação do Enem no contexto de lutas das mulheres. Segundo ela "o ano de 2015 foi marcado pela Primavera Feminista que eclodiu na ruas do Brasil contra o PL 5069 e ganhou força com o tema da redação do Enem fazendo mais de 7 milhões de jovens a refletirem sobre a violência contra as mulheres".

Maria ressalta que "temos uma geração de meninas que tão jovens passaram a identificar mais a violência que sofrem, estão desnaturalizando o machismo e buscando formas de enfrenta-lo". Para ela "as redações só afirmam o papel estratégico da educação para enfrentar o machismo e todas as formas de opressão".

A coordenadora da UBM destaca ainda que "é preciso ampliar a rede de proteção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Essas meninas estão rompendo séculos e séculos de silenciamento, estão enfrentando o medo de denunciar. Precisamos continuar encorajando-as".

"Espero encontrar essas meninas nas Universidades, no Encontro de Mulheres da UNE, para montarmos coletivos feministas e seguirmos lutando pelo fim da violência contra as mulheres", concluiu a dirigente feminista.



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Vermelho

A corrupção do PSDB não pode ser abafada



Um fato de alta significação política e judicial foi guardado em segredo pelo Ministério Público Federal (MP). Nestor Cerveró, um dos ex-diretores corruptos da Petrobrás, em depoimento prestado ao MP em outubro de 2015, revelou que o governo FHC recebeu 100 milhões de dólares de propina por negócios feitos na Argentina em 2002.

É perturbador lembrar que este mesmo depoimento do Cerveró, quando vazou naquela época, selecionou a parte que incriminava o governo Dilma, mas ocultou a revelação do esquema de corrupção implantado na Petrobrás pelo governo do PSDB. Isto deixa clara a partidarização e a seletividade do vazamento.

Esta nova denúncia de propina no período dos governos tucanos foi desvendada de maneira acidental. A descoberta só foi possível porque cópia do depoimento de Cerveró ao MP, que teoricamente seria protegido por segredo de justiça, foi encontrada junto com os documentos apreendidos no escritório do senador Delcídio Amaral. É difícil saber se, não fosse esta circunstância acidental, algum dia o assunto viria à tona.

Como Delcídio conseguiu obter o depoimento de Cerveró é uma incógnita, e merece rigorosa apuração. E por que o senador, que foi diretor da Petrobrás nomeado por FHC no governo tucano, não denunciou

as propinas pagas ao governo tucano, está longe de ser um mistério.

Ocultar um crime pode ser considerada uma ação tão grave quanto o crime cometido. É difícil acreditar que autoridades que dizem conduzir as investigações da Lava Jato com diligência e preciosismo processual, tenham prevaricado. O MP, a PF e os juízes coordenados por Sérgio Moro certamente dissiparão qualquer dúvida de que não agem com parcialidade e seletividade para incriminar os governos do PT.

É uma exigência democrática – e não só jurídica – que este crime não seja abafado pelo condomínio policial-jurídico-midiático de oposição, como foram abafadas todas as denúncias anteriores que revelaram a origem da corrupção na Petrobrás nos governos do FHC e do PSDB.

Faria bem à democracia brasileira se nossa sociedade recebesse sinais claros das “autoridades justiceiras” que coordenam a Lava Jato – os procuradores do MP, os policiais da PF e os juízes do Judiciário – de que serão instalados inquéritos para apurar toda a corrupção do país, e não só a parte que convém politicamente apurar – justamente aquela que ataca adversários ideológicos.

Quando a Ordem Jurídica de um país é quebrada pelo casuismo processual unicamente para perseguir inimigos, a República é derrotada, e então cede lugar a um “Regime”. Na Alemanha dos anos 1920 e 1930, o nacional-socialismo magnetizou a sociedade alemã com o Regime defensor dos ideais da raça pura, intolerante, odiosa, de olhos azuis, domiciliada em Higienópolis e adestrada na USP.

O Brasil, afinal, chegou ao século 21. Seria penoso regressarmos àqueles tempos arcaicos em que existia um Engavetador-Geral da República obediente ao Príncipe e sua corja; em que a Polícia Federal era desmantelada e adestrada para não investigar. Naqueles tempos, enfim, em que a Suprema Corte tinha a representação de um líder do governo do Príncipe.